



REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM TURISMO

**A HISTORICIDADE DE UMA INVENÇÃO
RESENHA DE LIVRO**

***HISTORICITY OF AN INVENTION
REVIEW OF THE BOOK***

***LA HISTORICIDAD DE UNA INVENCIÓN
RESEÑA DEL LIBRO***

*Hernán Venegas Marcelo*¹



CAMARGO, Haroldo Leitão. ***Uma pré-história do Turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lugares burgueses.*** São Paulo: Aleph, 2007, ISBN 9788576570356.

¹ Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES/PEC-PG. Licenciatura em História pela Universidade de Havana, Mestre em Ciências Pedagógicas – Universidade Pedagógica de Las Villas (Cuba) e Mestre em Gestão Turística – Universidade de Havana, Cuba/Universidade de Barcelona, Espanha. E-mail: hvenegas75@yahoo.com

A construção do *corpus* científico do turismo a partir de diferentes perspectivas de análise tem sido objeto de estudo por inúmeros especialistas na contemporaneidade. Dessa empreitada também fazem parte os cientistas sociais – ainda que em número menor se comparados às contribuições provenientes de outros campos de conhecimentos, digamos, mais “exatos”. A História também se insere nesse universo de reflexões sobre o turismo que se assemelha a uma multidisciplina social. Reconhecendo isso e visando historicizar os antecedentes do turismo no Brasil, Haroldo Leitão Camargo nos apresenta um estudo singular proveniente do campo do conhecimento da História.

O livro de Camargo, intitulado, “Uma pré-história do turismo no Brasil. Recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)” é uma proposta singular sobre a historicidade do turismo no mais importante domínio lusitano de Ultramar. O autor nos convida a acompanhá-lo numa viagem pela primeira metade do século XIX. Nesses 50 anos, aproximadamente, iniciados com a vinda da Família Real e da Corte Portuguesa ao Brasil, Camargo argumenta que o turismo pode ser entendido como uma “invenção social”, ou seja, que sob determinadas circunstâncias históricas e atendendo a diversas aspirações e necessidades sociais se tornou uma realidade. Daí o interesse deste historiador paulista em se inserir num campo do conhecimento que a História, entendida aqui como disciplina, não tem prestado muita atenção. A noção de “tempo social” e as categorias “imitação e distinção social” são outros aspectos importantes a destacar em sua proposta teórica. Igualmente reconhece o fato de que os antecedentes das práticas turísticas se dão com a adoção e a adaptação paulatina de padrões culturais após a chegada dos Bragança, em 1808. Não foge do olhar desse historiador a escravidão, “o diferencial histórico brasileiro que invade todas as atividades e pesa incomensuravelmente para a superação do mundo tradicional para o mundo moderno, na medida em que os serviços são executados por escravos” (CAMARGO, 2007, p. 13). Mas, onde o autor justifica cientificamente as interfaces entre a História e o Turismo para o caso do Brasil Imperial? É precisamente na noção de tempo social – evidente

marca da obra de Edward Thompson – onde esses vínculos são percebidos, ainda mais claramente, no trânsito da sociedade pré-industrial à industrial no Brasil. Logo, seria possível identificar nesta passagem o turismo. No entanto, os antecedentes do fenômeno social se encontram no período que remete ao título.

Para adentrarmos na estrutura do livro e no raciocínio do autor comentaremos os sete capítulos que o integram. “Viajar para o Brasil” mais do que um capítulo é um convite a navegar pelo vasto território durante mais de 300 anos através dos testemunhos de conquistadores, cronistas, religiosos e viajantes como: Vaz de Caminha, Hans Staden, Jean d’Léry, Claude d’Abbeville, Antônio Sepp e Joan Nieuhof. O viés das relações Literatura/História, também foi abordado em relação à obra de Daniel Defoe. Em certas ocasiões a leitura desse primeiro capítulo nos afasta do foco do livro, os anos transcorridos entre 1808 e 1850. Sentimos então que somos levados e trazidos no tempo, mas tudo com um objetivo, o de constatar a quase impossibilidade de viajar para o Brasil durante três séculos. Dessa forma e vasculhando as fontes, o autor atinge o segundo capítulo. Neste, o pesquisador faz referência à sensibilidade dos olhares estrangeiros ante a natureza do Rio de Janeiro, mostrando-a desconhecida e mitificada. Igualmente o autor trabalha, em alguns trechos complexos ao entendimento do leitor, o campo dos sentidos e a sua importância na constituição da sensibilidade turística. Vale acrescentar que Camargo se debruça sobre temas interessantes como a estética, a apreciação da paisagem e os discursos higienistas do século XIX. Isto seria fundamental para concluir que o atrativo é, também, construído e inventado segundo as convenções artísticas de uma época. Refletindo dessa maneira, ele consegue transmitir suas interrogações para o leitor reforçando um diálogo estabelecido desde o capítulo anterior; recurso para não perdermos na lógica de uma análise discursiva do autor. Também nesse capítulo, o historiador e o turismólogo aparecem no que se refere ao tratamento da bibliografia e da fundamentação das reflexões. Apesar

da complexidade “Olhares estrangeiros” foi uma das leituras mais interessantes do livro.

No terceiro capítulo, “O Rio-Babilônia, ou a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”, Camargo mergulha nos pormenores da vida cotidiana e no interior da sociedade do Rio de Janeiro, antes e depois da chegada da Família Real Bragantina e a Corte Portuguesa. Esclarecedores são os argumentos sobre as recreações aristocráticas e os lazeres burgueses, enfim, reflexões precisas naquilo que o leitor sedento procura: os antecedentes do turismo no Brasil. É como se o autor nos dissesse que sendo o turismo uma invenção social, é precisamente ali, no social, onde haveria que pesquisar. A tentativa de se referir à dimensão social teve resultados excelentes que descrevem um quadro da época onde intervém a escravidão e as festividades, como as Folias do Divino. Além de sermos levados por trechos inadvertidos – próprios de uma inteligência singular, o autor imprime a sua escrita um tom jocoso, o que descontra o leitor. O diálogo, a “cumplicidade” com o leitor não se perde ao longo do capítulo, o que conjuga com um fechamento bem logrado. Já no próximo capítulo, o quarto, “Viajar pelo Brasil”, retoma um recurso recorrente no livro: os testemunhos de viajantes e cronistas da época que descrevem as condições das viagens feitas pelo território agreste do país. Apoiando-se nas descrições de John Mawe e de Hércules Florence, Camargo adentra num tipo de história social da ciência para demonstrar a impossibilidade técnica de realizar uma confortável viagem marítima e fluvial que redundasse em ótimas condições para a prática do turismo. Isso tudo, somado à ausência de meios de hospedagens explorados comercialmente. Segue assim, uma ordem lógica no raciocínio que se apóia nas descrições de Von Weech e do reverendo Walsh e de uma intertextualidade que remete às obras de Pierre Bourdieu, Marc Boyer, Sergio Buarque de Hollanda entre outros. Os capítulos restantes, o quinto, o sexto e o sétimo são mais importantes no que se refere aos antecedentes do turismo no Brasil.

O capítulo quinto intitulado, “Recreações aristocráticas”, tratou dos hábitos aristocráticos na realidade europeia. Uma análise *a posteriori*, no

Brasil, corresponderia aos hábitos da Família Real, da Corte Portuguesa e aos diplomatas, religiosos e militares de alta hierarquia que compartilhavam o mesmo estrato social de nobreza na antiga Sebastianópolis. Como não era possível falar da existência de turismo na época, o autor vai descrevendo a sua invenção através de um estudo crítico e pormenorizado das fontes históricas, entre elas a *Gazeta de Notícias de Rio de Janeiro*. De acordo com o ofício exercido durante muitos anos, o professor Haroldo Leitão Camargo nos deixa trechos didáticos e instrutivos ao falar das *villegiaturas*, das caldas e dos banhos de mar na Europa Medieval e Moderna. Todo esse estudo visava sempre à realidade brasileira. Mas, as recreações aristocráticas da Corte dos Bragança e da legião de cortesãos e dos diplomatas instalados no Rio de Janeiro, seriam objeto de um outro capítulo, o sexto, "Recreações da Corte Tropical". Este é rico em conclusões que de alguma maneira vão dando um fechamento aos conteúdos precedentes, daí o resumo enquanto a turismo se refere "sedimento de hábitos, poucos e modestos empreendimentos e introdução de costumes na primeira metade do XIX" (CAMARGO, 2007, p. 217). A lucidez e a transparência da análise se fizeram notar neste capítulo, quando o autor considera a sociedade escravocrata como um elemento presente em todos os processos, inclusive, marcando a construção do turismo. No período referido, ele expõe nitidamente que "o turismo, enquanto fenômeno – isto é, não materializado, mas perceptível como apreensão mental consciente – é matéria e produto de comunicação humana, articulada por diversos meios" (CAMARGO, 2007, p. 247). Nesse julgamento o autor reafirma suas preferências pelos estudos psicossociais do turismo na contemporaneidade. Mas, adiemos essa conclusão como, em alguns momentos faz Camargo em seu livro, porque escapa ao foco da análise em questão: as recreações da Corte Tropical. Esta freqüentou lugares que qualificariam práticas turísticas entre eles: o Paço Imperial, a Real Fazenda de Santa Rosa, a Quinta da Boa Vista, a Rua do Ouvidor, Petrópolis e o Horto Real ou Jardim Botânico, assim como de diversas estâncias hidrominerais. Tudo isso foi estudado pelo autor que se apoiou em fontes históricas primárias e assumindo-

as com juízo crítico, voltamos aos depoimentos de Mrs. Maria Graaham, Robert Walsh, John Luccock e Saint Hilaire, alguns deles previamente citados no livro. Faltou nesse inventário de lugares visitados a menção à Floresta da Tijuca, ao Corcovado, às praias e aos banhos de mar e de rio. No sétimo capítulo intitulado “Recreações aristocráticas e lazeres burgueses” propicia tais referências. Nele, também o autor se refere ao cotidiano e aos costumes, para que o leitor possa perceber o processo de europeização da elite luso-brasileira o que é fundamental para a compreensão do turismo na segunda metade do XIX. Enfim, esse último capítulo motiva outra leitura que nos desafia a dar seguimento ao empenho de Camargo em colocar sob perspectiva histórica o turismo no Brasil.

Sendo razoavelmente críticos tentamos nos aproximar aos conteúdos e a estrutura do livro, mas gostaríamos de tratar umas duas últimas questões que dizem respeito do uso da bibliografia e de uma breve reflexão sobre as relações turismo e história. Em relação à primeira delas, é importante o fato do uso de uma literatura acadêmica sobre o turismo, proveniente, digamos, de olhares psicossociais e culturais. É o caso das obras de Marc Boyer, Alain Corbin, John Urry, Chris Roger etc. Também as obras de reconhecidos historiadores ocidentais lhe serviram de fundamento ao aparato teórico-conceitual entre eles: Philippe Ariès, Roger Chartier, Norbert Elias e Edward Thompson. Outras, já clássicas, da historiografia brasileira dos novecentos foram também úteis na pesquisa realizada. Mas uma coisa surpreende em Camargo quanto às fontes consultadas – trabalhadas com atinado juízo – levando em consideração sua produção intelectual mais focada em temas de turismo e suas interfaces com o patrimônio. Não existe menção às contribuições acadêmicas de turismólogos brasileiros como Margarita Barretto, Luis Gonzaga Godoi Trigo, Miriam Rejowsky entre outros. Eles não são, a rigor, historiadores, isso foi, talvez, o que quis destacar Camargo. Ou seja, reclamar uma parcela epistemológica própria do campo de conhecimento da História na hora de se aproximar ao estudo do turismo: *gráphein* e *logos*, eis o que se respira neste livro. Uma tentativa bem sucedida do historiador que assume

criticamente as fontes históricas que fundamentam seu estudo e que torna verossímil seu relato. Quanto à digressão acima exposta, ela tem a ver com o caráter social dos processos estudados pela História e a inclusão do turismo nessas abordagens. Este é um fenômeno contemporâneo à Revolução Industrial ou decorrente dela, e na generalização de práticas sociais veio gradualmente se materializando, daí também cabe ao historiador seu estudo. Ainda mais se entendermos que os níveis de abordagem em História estão inscritos no social. Esse fundamento social do turismo oferece um viés singular na hora do seu estudo a partir da História, disso não teve dúvida Haroldo Leitão Camargo. Esperemos que siga nos instruindo sobre a historicidade de uma invenção, o turismo, num outro livro que com certeza prenderá a atenção de um número crescente de jovens historiadores e turismólogos.

Recebido em março/2009

Aprovado em abril/2009